

Lucena desmente partida de novo trem no Senado

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), divulgou ontem nota oficial negando a efetivação de 243 funcionários admitidos em funções de confiança. A efetivação seria feita através de emenda ao projeto de resolução que trata do Plano de Cargos e Carreiras da Casa.

A nota do senador diz que "não tem fundamento a informação de que teria sido apresentada uma emenda ao projeto", que teria sido assinada por "38 senadores, entre os quais Marco Maciel, José Sarney e Mansueto de Lavor".

Mas ontem, no Senado Federal, até o líder do Governo, Pedro Simon (RS), deu a sua opinião sobre a emenda ao plano de cargos e carreira dos servidores, que efetiva os 243 funcionários contratados temporariamente para cargos de confiança dos senadores, entre eles alguns parentes. Simon não tem dúvida: "É inconstitucional. A Constituição determina que o ingresso no serviço público seja só por concurso público".

Lucena, na nota oficial de desmentido, afirma que "se o projeto de resolução do plano de cargos e carreira não foi sequer apresentado pela Mesa Diretora ao Plenário, a ele não poderia ser oferecida qualquer emenda", ou seja: se não há um projeto pronto, não pode haver emenda formal.

Entretanto, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), por exemplo, se lembra de ter colocado sua assinatura numa emenda desse tipo "há uns seis meses". Ele se apressa em explicar que não assi-

nou porque é a favor do "trem da alegria", mas apenas para que o assunto fosse levado à discussão no plenário. "Eu sou contra a pena de morte e assinei a proposta de emenda do Amaral Neto. Na hora de votar, voto contra", disse ele.

Teotônio não se lembra do autor da emenda, mas acha que o primeiro nome da lista de 38 assinaturas era o de Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que não foi encontrado à tarde em seu gabinete. Há boatos de que a emenda teria sido elaborada pelos próprios funcionários, que também colheram as assinaturas porque sabem que não seria difícil conseguir a quantidade necessária para a sua apresentação à Mesa Diretora e posterior discussão em plenário.

Outro senador que se lembra vagamente da emenda é Aureo Mello (PRN-AM). Não soube dizer se assinou, mas se disse francamente favorável à efetivação dos funcionários, mesmo contrariando a Constituição. "Sou favorável. Uma pessoa que trabalhou satisfatoriamente num cargo durante sete anos provou que é capaz e deve continuar. Proponho que se aprove a emenda, embora a legislação diga que tenha que ser por concurso", disse ele.

Aureo Mello também foi apontado como o primeiro na lista das assinaturas de senadores na emenda e possível autor. "Não me lembro, mas não me envergonharia de ser o primeiro da lista", comentou.

O fato é que se o "trem" vinha a todo vapor, parece que vai descarrilar.